

Entre as várias vidas dos gatos e as muitas identidades dos camaleões: as comunidades tradicionais do Cerrado Mineiro

Ricardo Ferreira Ribeiro

da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Belo Horizonte - Brasil
ricrib@uai.com.br

Resumo: Este texto apresenta elementos sobre a trajetória histórica de ocupação do Cerrado, refletindo sobre como esse processo contribuiu para a formação das comunidades tradicionais dos territórios que compõem esse bioma. Entendemos que o modo de vida dessas comunidades tem sido ameaçado por um conjunto de transformações ocorridas ao longo do século XX, sendo que tais ameaças impactam as comunidades também contribui para sua organização e para o desenvolvimento de alternativas coletivas de manutenção social e cultural.

Palavras – Chave: Comunidades tradicionais. Cerrado. História Ambiental.

Introdução

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa em história ambiental e etnoecologia realizada para a elaboração da minha Tese de Doutorado: “‘Certão-Serrado’: História Ambiental e Etnoecologia na Relação entre Populações Tradicionais de Minas Gerais e o Bioma do Brasil Central” (Ribeiro, 2002) e que mais tarde foi publicada em dois volumes (Ribeiro, 2005 e 2006). A pesquisa de campo foi desenvolvida junto ao povo indígena Xakriabá, no Norte de Minas (município de São João das Missões); nas comunidades de Cercado e Santana da Caatinga, mais tarde reconhecida como comunidade quilombola¹ (municípios de João Pinheiro e Brasilândia de Minas), na Região Noroeste; e nas comunidades camponesas do Gigante, no Alto Jequitinhonha (municípios de Botumirim e Itacambira), e de Laginha e Brejãozinho, no Alto Paranaíba (município de Monte Carmelo).

Sintetizo, inicialmente, alguns resultados dessa pesquisa, para mostrar a trajetória histórica de ocupação do Cerrado Mineiro e como ela contribuiu para a formação socioeconômica e cultural das “comunidades tradicionais” desse bioma. O seu modo de vida vem sendo ameaçado por um conjunto de transformações ocorridas ao

¹ A comunidade de Santana da Caatinga foi reconhecida, em 2005, como quilombola pela Fundação Cultural Palmares (SANTOS; CAMARGO, 2008).

longo do século XX, que restringem o seu acesso à terra e, principalmente, prejudicam o seu uso e manejo de vários recursos naturais tradicionalmente empregados nas suas estratégias de reprodução sociocultural. Tais ameaças têm contribuído para a organização de várias daquelas comunidades e para o desenvolvimento de alternativas coletivas de manutenção, em novas bases, do patrimônio cultural sertanejo no uso e manejo sustentáveis. É nesse contexto que várias delas reivindicam a sua condição de “populações tradicionais” como estratégia de criação de reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável. A segunda parte desse artigo discute o surgimento dessa categoria sob os aspectos antropológico, político e jurídico e procura analisar como ela é parte de um processo maior de construção e reconstrução de identidades entre segmentos sociais do campo, sem pretender, no entanto, em espaço tão limitado, aprofundar questões de tamanha complexidade e desafio para as Ciências Sociais.

A ocupação histórica do Cerrado

O Cerrado, conhecido como a savana brasileira, é o segundo bioma brasileiro, com uma área em torno de 204 milhões de hectares, que se distribui, sobretudo, pelos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia, Piauí, Maranhão e Distrito Federal. Localizado numa área central do Brasil, se conecta com quase todos os outros biomas, constituindo áreas de transição entre eles e representando um ponto de equilíbrio entre as diversas paisagens brasileiras. O Cerrado está marcado por uma significativa diversidade de espécies vegetais e animais, distribuídas por vários ambientes de características distintas (florestais, savânicos e campestres). Essa diversidade de espécies e ambientes permitiu historicamente, a constiuição de estratégias de reprodução socioeconômica e cultural de diferentes grupos humanos, baseadas nos usos, manejos, conhecimentos e representações simbólicas, desenvolvidos por diferentes culturas que conviveram ou se sucederam nesse bioma. Tais estratégias já foram observadas pelos arqueólogos ao analisarem os achados referentes aos primeiros grupos humanos, que penetram o Cerrado há mais de 12 mil anos, através da descoberta de vestígios de coleta, como caroços de pequi queimados e cocos de licuri e indicativos da caça, como ossos de veado, tatu e jabuti.

Essas estratégias, guardadas as especificidades regionais, se estruturavam sobre o uso de um diversificado conjunto de recursos naturais, distribuídos pelos vários ambientes explorados e por cada período do ano. As duas estações, chuvosa, de outubro a março, e a seca, de abril a setembro, marcavam de forma bem distinta a oferta de

alimentos e de outros meios necessários àquelas populações, contribuindo para a definição de estratégias de sobrevivência e organização social próprias de cada um desses momentos. Na primeira, observa-se a coleta de frutas (setembro a fevereiro) desenvolvida, principalmente, no ambiente campestre, mas também, em áreas de mata e ribeirinhas; a extração de mel silvestre e coleta de moluscos (outubro a fevereiro) e a caça de mamíferos campestres, aves e répteis de pequeno porte. A estação seca era marcada por uma sobrevivência ligada aos recursos faunísticos, como a pesca, em áreas ribeirinhas mais espaiadas e nas lagoas e lagos; a coleta de ovos, tanto de aves campestres, em especial, a ema; como de grandes répteis ribeirinhos, como a tartaruga e o jacaré e a caça de mamíferos e répteis ribeirinhos (Barbosa; Schmiz, 1998). A agricultura veio a complementar essa dieta alimentar: os primeiros sinais de cultivo, como grãos de milho e restos de abóbora e amendoim, datam de cerca de 4.000 anos atrás. Vestígios de artesanato, representados por restos de vasilhas de barro, tecidos, esteiras e cordas de embira indicam o seu surgimento por volta de 3.500 antes do presente.

Tais atividades possuem continuidade histórica e cultural nos vários povos indígenas, pertencentes ao Tronco Lingüístico Macro-Jê, encontrados pelos colonizadores, a maioria deles, hoje, já desaparecidos. Esses eram culturalmente muito diferentes dos povos Tupiguarani do litoral, aliados dos portugueses, que chamavam aos primeiros de Tapuia, “térmo de origem tupi, significando o ‘gentio bárbaro’ ou ‘inimigo’ (...)”, onde “se incluíram todos os grupos não-tupis” (Ramos, 1951: 46). É com esses povos que os bandeirantes aprenderam a sobreviver no Cerrado, através não só da caça, da pesca e da coleta vegetal, mas também, pelo emprego da agricultura nômade.

Os novos colonizadores e seus escravos africanos introduziram outras atividades econômicas, em particular, a mineração e a pecuária, que se beneficiavam dos recursos naturais daquele bioma e também provocaram transformações significativas na paisagem. O gado penetrou no sertão pelo São Francisco, chamado o “rio dos currais” e vai se adaptando às pastagens naturais e a lamber o sal dos barreiros. A mineração de ouro e diamantes avança por Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Bahia desviando os cursos d’água e perfurando a terra atrás de sonhos de riquezas, que escapam entre os dedos para o fausto da Metrópole.

A sociedade sertaneja que se constitui, no Cerrado, ao longo do século XVIII é marcada pela formação de alguns poucos povoados e vilas e pela distribuição da maioria da população em fazendas e pequenos sítios, quilombos, áreas de garimpos, etc. No século seguinte, a região é devassada pelo interesse da Ciência, que propõe melhorias na sua economia e a introdução da indústria, da navegação a vapor e das ferrovias, que vão

modificando significativamente o Cerrado e a vida de sua gente. Nas caldeiras dos navios e das locomotivas e sob trilhos por onde essas iam passando, ou nos seus carregamentos, a madeira das matas da região ia sendo consumida.

Surge, no final do período e no início do século XX, exploração da borracha de mangaba e maniçoba, atendendo a crescente demanda internacional pelo produto, embora fosse muito pequena e menos valorizada quando comparada com a que a Amazônia realizava no mesmo período (Henriques, 1901; Senna 1911). Outros recursos naturais do bioma, ao longo do século passado, foram explorados para fins artesanais e industriais, como as fibras do buriti e de outras palmeiras, empregados na confecção de cordas, redes, esteiras e chapéus e vários cocos eram então utilizados na fabricação de óleo e sabão (Pierson, 1972). Cabe, no entanto, destacar que o extrativismo no Cerrado, em grande parte, voltou-se para o abastecimento das próprias famílias e para o comércio regional, à exceção de um ou outro produto, pouco atingindo a região do litoral e, menos ainda, dirigindo-se à exportação.

Populações tradicionais e seus usos atuais do Cerrado

A designação “populações tradicionais” do Cerrado se refere aqui a comunidades formadas por índios, quilombolas, camponeses, vaqueiros, artesãos, pescadores, extrativistas etc., que são herdeiras históricas de diferentes formas de uso, manejo, conhecimento e representações simbólicas relativas a esse bioma, conforme descrito acima. Essas tradições se configuram em atividades combinadas dentro de estratégias de reprodução socioeconômica e cultural relacionadas com as diversificadas conformações regionais que o Cerrado assume e com as variadas particularidades culturais dessas comunidades em cada parte desse bioma. Tais atividades são dinâmicas e se modificam historicamente, em especial no que se refere às relações de tais comunidades com a sociedade mais ampla, adquirindo, assim, novas feições, embora conservando muito dos seus aspectos tradicionais.

Essas atividades, combinadas dentro das estratégias de reprodução socioeconômica e cultural, são articuladas em diferentes períodos do ano e utilizam-se de vários ambientes específicos do Cerrado:

- a) A agricultura, desenvolvida em ambientes florestais, particularmente nas matas ciliares e de galeria, chamadas de “terras de cultura”, pode também ocorrer em outras áreas, dependendo da sua fertilidade e da cultura a ser

plantada. Estas incluem lavouras de milho, feijão, arroz, mandioca, cana, amendoim etc., que possuem uma vasta diversidade de variedades tradicionais, muitas delas ameaçadas pela homogeneização implementada pela Revolução Verde. Pode-se acrescentar, aqui, também o plantio de hortas e pomares nos quintais, cuja variedade de espécies é igualmente significativa. Esta atividade é praticada no período chuvoso e se destina, em parte, ao consumo doméstico e, em parte, ao beneficiamento, a exemplo da cana e da mandioca, e à comercialização.

b) A pecuária extensiva é praticada durante todo o ano e inclui tanto os pequenos animais, em especial, porcos e galinhas, criados em ambientes florestais, soltos ou presos, quanto bovinos, equinos e muare. Esses se alimentam na vegetação nativa, que possui centenas de espécies forrageiras em ambientes savânicos e campestres, enquanto se mantêm verde; mas também contam, nos períodos secos, com as pastagens plantadas, ou que se desenvolvem em ambientes florestais, após seu esgotamento decorrente de anos de uso agrícola. Os animais, também usados no consumo doméstico, têm sua criação, muitas vezes voltada para o mercado, constituindo-se em uma espécie de poupança da família, com capacidade de se transformar em dinheiro para os momentos de emergência.

c) A caça e a pesca também se constituem em importantes fontes de proteína animal e são desenvolvidas especialmente no período da seca. A primeira está relacionada a diferentes ambientes, mas, nas últimas décadas, vem se reduzindo em função da legislação proibitiva e da redução da fauna, devido a perdas de grandes áreas de vegetação nativa. Uma pesquisa realizada por mim, nos anos de 1999 e 2000, junto a camponeses, índios e quilombolas de comunidades de quatro regiões de Minas Gerais, apontou que 34 animais silvestres são caçados por fornecerem carne. A pesca também vem sofrendo restrições referentes às técnicas mais impactantes, aos problemas ligados ao assoreamento, à poluição e à alteração do fluxo das águas, ocasionada pela construção de barragens, que afetam córregos, rios e lagos. Ambas atividades se voltam para o consumo familiar, mas a pesca pode se direcionar também ao comércio, criando comunidades inteiras especializadas na sua prática.

d) A extração de mel, cera e outros produtos apícolas é realizada tanto junto às espécies nativas sem ferrão, como daquelas exóticas, introduzidas no Cerrado a partir de meados do século XIX. A pesquisa de campo citada acima revelou conhecimentos sobre dez tipos de abelhas produtoras de mel e uma revisão na literatura apontou 167 plantas apícolas no Cerrado. Tal atividade se concentra, principalmente, nos ambientes savânicos, mas também pode ser observada em paisagens florestais e até mesmo ser desenvolvida em criações domésticas, com técnicas tradicionais no que se refere às primeiras, ou mais modernas, no caso das últimas. Especialmente o mel é produto comercializado e consumido pelas famílias tanto para alimentação, quanto para fins medicinais.

e) A retirada de frutos e palmitos para alimentação é uma prática muito comum, realizada, principalmente, nos ambientes savânicos, durante o final do período da seca e boa parte da época das chuvas. Calcula-se que pelos menos 65 frutos do Cerrado são comestíveis, mas muitas espécies são consumidas apenas ocasionalmente, quanto se está campeando o gado, caçando ou simplesmente passando pelo local. Outras, no entanto, são colhidas com o objetivo de consumo ou comercialização, seja in natura, seja na forma de doces, óleos, compotas, geléias, licores, vinhos etc., ou ainda para a produção de sabão, tintas etc. Esse rico potencial alimentar também se traduz em uma forte capacidade e variedade nutricional, presente, por exemplo, no pequi, no baru, no buriti, no jatobá na mangaba, no araticum e em várias outras espécies (Almeida; Silva, 1995).

f) A coleta de plantas medicinais também é prática recorrente e se desenvolve, sobretudo, nos ambientes savânicos, durante o período da seca. Essa atividade é, em grande parte, destinada ao próprio consumo, embora também se observe o comércio de raízes, cascas, folhas e frutos medicinais e até de remédios prontos, pelos chamados “raizeiros”. Conhece-se, no mínimo, 170 espécies de uso medicinal no bioma, mas estudos revelam que o potencial terapêutico do Cerrado se rivaliza ao da Amazônia e vem sendo cada vez mais divulgado, incrementando a coleta de certas espécies com vistas à comercialização.

g) O aproveitamento de madeira e fibras é também de grande relevância e ocorre, como é consagrado no dito popular, especialmente nos meses sem “r” no seu nome e na lua minguante. Os ambientes florestais são os mais explorados para madeira, mas as fibras e a lenha são extraídas das áreas savânicas, que têm sido exploradas, mais recentemente, para atender à demanda de carvão das indústrias siderúrgicas. Levantamento realizado assinala o emprego de 130 tipos de madeira para vários fins e 32 plantas com fibras utilizadas no artesanato, cobertura de habitações, estopa, vassoura, etc;

h) A extração mineral inclui desde o uso corriqueiro de areia e argila para a construção e o artesanato em cerâmica até o desenvolvimento do garimpo de ouro, diamante e cristais. É atividade, sobretudo, comercial de grande impacto ambiental, desenvolvida durante o período da seca, particularmente em ambientes florestais próximos aos córregos e rios, com exceção da extração de cristais, que se verifica em paisagens mais altas, com vegetação savânica e até campestre. O emprego da argila para construção pode ser tanto para as casas de pau-a-pique ou de adobe, como para a fabricação de tijolos e telhas. Ao contrário da primeira, essa fabricação, assim como o artesanato em cerâmica, podem constituir uma especialização de algumas famílias e até de comunidades inteiras, cuja produção se constitui em importante fonte de renda monetária.

Perda de direitos no uso de recursos naturais pelas comunidades tradicionais do Cerrado

Esse rico e complexo relacionamento entre as comunidades tradicionais e o Cerrado, constituído historicamente por contribuições de diferentes origens, tem sido ameaçado por várias transformações verificadas ao longo do século XX. Tais transformações estão ligadas a diferentes mecanismos, que impedem ou restringem o acesso aos recursos naturais, que viabilizam as atividades combinadas dentro das estratégias de reprodução socioeconômica e cultural apontadas anteriormente.

Uma das primeiras mudanças que afetou essas estratégias foi o levantamento do “pé da cerca”, também chamado de “lei dos quatro fios”, que inviabilizou a criação extensiva de pequenos animais (suínos, caprinos e ovinos). A criação de bovinos, sem dúvida, por se tratar de uma atividade que se estende por enormes áreas do Cerrado e

por se constituir num dos seus principais produtos de exportação para outras regiões, contribuiu, de forma decisiva, para a constituição de vastos latifúndios. Embora também estivesse presente nas unidades de produção camponesa, não possuía nessas a mesma significação. A chamada “criação miúda” tem possuído uma expressão mais generalizada entre os vários segmentos das populações tradicionais sertanejas: por seu porte, demandam menor volume de alimentação e menor área para sua criação, em geral, feita nas proximidades das moradias e, ao contrário dos bovinos, realizada a partir do trabalho de um maior número de membros da família. Outra diferença básica entre esses dois tipos de pecuária está no fato de, hoje, a criação de porcos e galinhas ser voltada, particularmente, para a alimentação da própria família e a venda da carne ou de ovos ocorrer com excedentes, porém não se deve subestimar sua importância na geração de renda monetária. A produção de suínos, no entanto, já foi mais significativa e perdeu importância comercial, ao longo do século XX, pois estava assentada não só no consumo de milho, mas também no uso de outros tipos de alimento, como restos de comida e de cultura e, principalmente, folhas, frutos e raízes obtidos entre a vegetação nativa, consumidos, particularmente, quando aqueles animais são criados soltos. A regra geral era separar as áreas de lavoura daquelas destinadas não só a criação de bovinos, mas também de porcos, cabras e carneiros, igualmente criados soltos. Por volta das décadas de 1930 e 1940, foi introduzida pelos fazendeiros a “lei” de “levantar o pé das cercas”, ou seja, era o fim da cerca “contra porco”, através do que alguns chamam da “lei de porco no mangueiro”:

A restrição da criação de suínos às áreas cercadas, os “mangueiros”, foi motivada pela intensificação da pecuária bovina e foi imposta pelos seus criadores que decretaram o fim das “cercas de pé baixo”, feitas da madeira retirada das derrubadas para as lavouras. O sistema antigo não era compatível com a necessidade de formação de pastagens artificiais, seja primeiramente nas “terras de cultura”, seja, mais tarde, no cerrado, pois “o porco fuça tudo” e abriu caminho para a introdução do arame na pecuária. Este artigo, no entanto, era considerado muito caro: em uma conferência na Sociedade Nacional de Agricultura, em 1916, Dr Ezequiel Ubatuba destacava o “exorbitante preço por que no sertão fica o arame para cercas, custando quasi três vezes mais do que o seu real valor intrínseco” (Ubatuba, 1916, p. 45). Assim, o uso do arame permaneceu, por várias décadas, restrito aos grandes criadores, mas permitiu também, em algumas regiões, o começo da divisão das propriedades, dando origem a uma segunda mudança importante: o fim da criação “em campos abertos”, conhecida como “solta”, “larga” ou “largueza”. Esse sistema tradicional de manejo do gado bovino era articulado de forma complementar

com a produção agrícola e as demais atividades integrantes das estratégias de reprodução social de várias famílias e comunidades do Cerrado.

O gado criado solto demandava poucos cuidados, chegava, algumas vezes, ao estado semi-selvagem, era preciso estar sempre o aproximando do convívio humano, através do fornecimento de sal nos cochos, que se constituía em uma forma de controle, já que parte das suas necessidades era suprida pelos barreiros e para a observação de eventuais problemas de saúde. A vegetação nativa do “campo” e do “cerrado” oferecem uma grande variedade de possibilidades de alimentação para o gado “curraleiro”, “pé-duro”, ou “comum”, que, pela sua rusticidade, era o mais adaptado a essa paisagem². O reinado do curraleiro entrou em declínio com a difusão de novas raças de bovinos, representando uma grande transformação para a pecuária do Cerrado. Esse processo de importação de bovinos da Índia (*Bos taurus indicus*) se iniciou ainda no século XIX, a partir da cidade de Uberaba, que tornou-se o centro irradiador do gado zebu para outras regiões. A introdução das raças zebuínas praticamente extinguiu o curraleiro, encontrado hoje apenas nas mãos de um ou outro criador. O desaparecimento desse gado está relacionado às mudanças na pecuária sertaneja, interessada, num primeiro momento, em bovinos capazes de rápido desenvolvimento e com um porte que produzisse maior volume de carne, características ausentes nesta raça. Os criadores de zebu tentavam evitar os cruzamentos indesejáveis com os machos curraleiros, ocorridos nos campos abertos de uso comum por vários proprietários próximos. Nessas áreas, se misturavam tanto o gado dos fazendeiros mais abastados, como aquele pertencente aos camponeses e a perseguição ao curraleiro afetava, sobretudo, aos últimos. Essa preocupação com os cruzamentos indesejáveis já era manifestada, em 1916, pelo Dr. Ezequiel Ubatuba, na sua defesa da introdução do gado da Índia, ele propugnava por uma pecuária mais racional, combatendo o sistema de manejo até então utilizado, com a manutenção do gado em áreas não cercadas: “É impossível fazer criação em campos abertos; a rotação é uma necessidade e ella só pode ser feita em campos divididos, e em invernadas divididas, em poteiros, em piquetes, de modo a racionalmente o gado criar-se e desenvolver-se, sem luctas. (...) E, si isso acontecer, não será, de modo indirecto, mais proveitoso o desenvolvimento das criações e a consequente valorização das terras?” (Ubatuba, 1916, p. 45/46). Essas mudanças, propostas em 1916, foram ocorrendo, variando em cada uma

² “Curraleiro’ é expressão que serve, indistintamente, para designar os animais crioulos, de qualquer espécie, como cavalos, bois, bodes, carneiros e galinhas” (Engenheiros e Economistas Consultores, 1957, p. 46). Segundo Jozé Norberto Macedo, em seu estudo Fazendas de Gado no Vale do São Francisco, “este animal descende da raça Mirandesa, variedade Beiroa, e veio para o Brasil com os primeiros colonizadores portugueses” (Macedo, 1952, p. 39).

das áreas do Cerrado, ao longo do século XX, alterando não só as raças de bovinos criadas ali e o sistema de manejo do gado, mas também a organização fundiária e a forma como essa atividade se apropriava desse bioma.

O fim das áreas de “larga” ou “solta” foi completado, a partir dos anos 1970, com a ocupação das áreas planas de Cerrado com cultivos mecanizados e o uso de insumos químicos para o plantio de grãos, eucaliptos e pastagens. A agricultura, nesse bioma, como foi visto, tradicionalmente, era realizada em um ambiente próprio, a “terra de cultura”, correspondendo às formações florestais, mas essas inovações tecnológicas, com chamada “correção de solo”, permitiram o uso de ambientes savânicos, favorecidos pela vantagem topográfica que possibilitava a mecanização. Milhões de hectares da vegetação nativa do Cerrado foram destruídos e substituídos por monoculturas, além de gerar fortes impactos sobre o solo e os recursos hídricos (Shiki, 1995; WWF/PROCER, 1995; Buschbacher, 2000). Outros milhares de hectares de formações florestais e até savânicas também foram afetados com a construção de barragens destinadas à geração de energia elétrica, à irrigação e ao abastecimento urbano.

Essas mudanças fundiárias representaram não só a perda concreta de parcelas significativas de Cerrado, antes disponíveis para o uso comum, como resultaram na intensificação do uso dos ambientes florestais, muitas vezes já fracionados pela sua repartição entre herdeiros, ou pelo avanço de áreas de grandes propriedades. A legislação ambiental, por sua vez, trouxe uma série de restrições no que se refere a todo um conjunto de atividades das populações tradicionais do Cerrado, seja na caça e na pesca, já abordadas; seja na derrubada de matas e capoeiras, na realização de queimadas, na retirada de madeiras e fibras, na coleta de palmitos, na extração de mel silvestre, na apanha de flores do tipo sempre-viva, na coleta de plantas medicinais, na produção de carvão e no garimpo. Muitas comunidades se queixam de que ela só era aplicada aos “pobres”, não afetando os fazendeiros e as grandes empresas. Também apontam que, em vários aspectos, ela não proíbe a destruição do meio ambiente, mas apenas procura restringi-la pela cobrança de taxas para o uso de recursos naturais, reafirmando o seu caráter injusto do ponto de vista social. Nesse sentido, o respeito àquelas leis significaria mais um ônus financeiro sobre uma população que, por todo o processo analisado, vinha se pauperizando crescentemente³.

³ Longe de se pretender questionar a importância da legislação ambiental, instrumento valioso na preservação do Cerrado e de outros biomas, o que está em questão são as falhas na sua aplicação. Como ocorreu com outras leis, no passado autoritário recente, tal aplicação continua, ainda hoje, muitas vezes, a reproduzir práticas de favorecimento ilícito, corrupção e injustiça social. Por outro lado, ao restringir várias possibilidades das estratégias tradicionais de reprodução daquelas populações, essa legislação não se interessou pela questão social e, por consequência, com a ambiental, pois não há, na prática, como

Algumas atividades, em áreas antes consideradas “livres”, passam a serem desenvolvidas pelos que delas se apropriam devido a interesses comerciais, ou simplesmente proibem a extração de madeira e lenha, a coleta de frutos (babaçu, pequi, panam, etc.) e flores sempre-vivas para evitar “a entrada de estranhos” em suas terras. Tais restrições se agravam porque a chamada “modernização da agricultura” e a industrialização afetaram as possibilidades de inserção no mercado de camponeses e outras populações tradicionais e, ao mesmo tempo, geraram todo um conjunto de “novas necessidades” de bens de consumo e de produção. Assim, as comunidades tradicionais têm restringidas várias possibilidades de suas estratégias de reprodução social e têm dificuldades de construir outras, que se concentram no assalariamento temporário.

Alternativas para as populações tradicionais: redescoberta do patrimônio cultural sertanejo no uso e manejo sustentáveis

Recentemente, em vários pontos da região do Cerrado, a exemplo do que acontece também em outros biomas, uma série de iniciativas vem se desenvolvendo para construir alternativas sustentáveis de continuidade do modo de vida tradicional. Elas se configuram em pequenas experiências realizadas, isoladamente ou em conjunto, por comunidades rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, assentamentos de Reforma Agrária, organizações não-governamentais, universidades, órgãos públicos, empresas, etc. A Rede Cerrado de Organizações Não-Governamentais realizou, na área desse bioma, uma pesquisa junto a 60 dessas iniciativas (Pires; Santos, 2000)⁴. Participei, como consultor, desse projeto que resultou no levantamento de variadas experiências, envolvendo:

- Uso plantas medicinais;
- Produção de mudas de espécies nativas do Cerrado;
- Coleta de frutos nativos e sua industrialização;
- Desenvolvimento da apicultura;
- Manejo de pastagens nativas do Cerrado;
- Extração de flores, folhas, frutos secos, fibras e madeira para trabalhos artesanais;
- Realização de práticas em agroecologia e agrossilvicultura;

dissociá-las, porque não se preocupou em construir alternativas sustentáveis para a continuidade do seu modo de vida, empurrando-as simplesmente para a ilegalidade.

⁴ Mais recentemente, Mônica Nogueira (2005) apresentou uma excelente contribuição a essa questão com o seu livro *Quando o pequeno é grande: uma análise de projetos comunitários no Cerrado*.

- Manejo de espécies da fauna silvestre;
- Ecoturismo;
- Trabalhos com educação ambiental.

Essas iniciativas e outras, também em curso naquela região, possuem alguns aspectos comuns, dentre os quais se destacam os seguintes:

- a) Crítica ao modelo de desenvolvimento recente do Cerrado, promovido a partir dos anos 1970, tendo em vista todo o conjunto de impactos já citados.
- b) Articulação de preocupações ambientais, socioeconômicas e culturais com vistas a combinar a preservação do meio ambiente com seu uso sustentável e socialmente justo.
- c) Resgate e revalorização do conhecimento popular em diálogo com a ciência, como forma de pensar e realizar pesquisas e experiências de acordo com aquelas preocupações e considerando a necessidade de enfrentar a redução das áreas daquele bioma ainda disponíveis para as populações tradicionais.
- d) Pequeno investimento financeiro, comparado com o grande resultado social e ambiental conseguido por projetos, em sua maioria experimentais, que ainda lutam por conquistar, muitas vezes, um espaço no mercado. Os avanços, nesse campo, têm sido obtidos a duras penas, pois também representam inovações em termos de gestão coletiva de empreendimentos.
- e) Desenvolvimento local e participativo, com vistas à construção de projetos democráticos fundados na vivência concreta dos envolvidos, em contraposição a modelos predefinidos e autoritários.
- f) Iniciativas não-governamentais e associativas, na perspectiva de consolidação de uma sociedade civil plural articulada em diferentes redes, desde o nível local até internacional. Nesse sentido, merece destaque o papel da Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais, que tem contribuído para o intercâmbio de tais iniciativas, que vêm se agrupando

também por eixos temáticos, através da Articulação Pacari de Plantas Medicinais do Cerrado e da Articulação de Agroextrativismo.

Um dos aspectos mais importantes dessas iniciativas se refere à perspectiva de continuidade do patrimônio cultural sertanejo, construído ao longo da trajetória milenar da convivência humana no Cerrado e de se colocar como alternativa sustentável ao uso econômico desse bioma frente à gigantesca devastação dos programas de desenvolvimento implantados nos últimas três décadas do século XX. Para preservar o Cerrado e, ao mesmo tempo, assegurar o acesso das comunidades tradicionais aos recursos naturais desse bioma, através de experiências sustentáveis de uso comum, está sendo reivindicada a criação de reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável por várias comunidades espalhadas por seu território. Essas duas modalidades de unidades de conservação de uso sustentável, previstas na Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, representaram um significativo avanço na política ambiental brasileira ao combinar a conservação da natureza com o seu uso sustentável e ao reconhecer a contribuição das chamadas “populações tradicionais” nesse sentido. Em trabalho em que estuda a proteção jurídica à diversidade biológica e cultural, Juliana Santilli aponta os avanços da corrente identificada como socioambientalismo:

É fácil constatar que grande parte dos conceitos-chave incorporados pela lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei nº 9.985/2000 conhecida como "Lei do Snuc") tem claramente uma inspiração socioambiental, que prevaleceu, em grande parte, sobre conceitos defendidos pelo preservacionismo clássico ou tradicional.

A síntese socioambiental permeia todo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, que privilegia a interface entre biodiversidade e sociodiversidade, permeada pelo multiculturalismo e pela pluriétnicidade. Apesar de terem sido excluídas do sistema duas importantes unidades de conservação socioambiental - as terras indígenas e as de quilombolas -, pode-se dizer que o conceito de bens socioambientais está presente e consolidado em todo o Snuc (Santilli, 2005, p. 112).

Essa lei aponta como um dos seus objetivos (art. 4.º, XIII): “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente”. Essa lei se refere, em diferentes dispositivos, a populações tradicionais e a comunidades locais,

porém o inciso XV do artigo 2º, que apresentava a sua definição foi vetado pelo Presidente da República, sob a alegação de que seria demasiado abrangente⁵.

O conceito de populações e comunidades tradicionais

O conceito de populações e/ou comunidades tradicionais tem sido um dos mais polêmicos na atualidade e tem sido debatido nos meios acadêmico, ambientalista, político, jurídico, popular e em vários outros, sob diferentes óticas assentadas em diversificados interesses envolvidos na questão. Trataremos a seguir das várias definições que vão sendo construídas em torno desse conceito e das polêmicas aí presentes como forma de constituir subsídios para a caracterização de comunidades ou populações tradicionais no Cerrado.

Definição antropológica

O surgimento do conceito de *populações* ou *comunidades tradicionais* está ligado à necessidade de distinguir o modo de vida das sociedades urbano-industriais daquele presente em outros grupos humanos, cuja cultura apresentava características muito distintas, em especial, no que se refere às formas de apropriação da natureza. Antônio Carlos Diegues apresenta alguns aspectos particulares das relações entre as chamadas “populações tradicionais” e o mundo natural:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;

⁵ O conceito de “população tradicional” estabelecido, no referido artigo, era o seguinte: “Grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável”.

- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas [eu acrescento, também, à agropecuária];
- i) a tecnologia utilizada é simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com grupos de poder dos centros urbanos;
- l) auto-identificação ou identificação pelos outros de pertencer a uma cultura distinta das outras. (DIEGUES, 1996: 87/88).

O conceito é polêmico do ponto de vista antropológico, em primeiro lugar, porque a noção de *população* vem da Geografia, definida como o conjunto dos habitantes de um determinado espaço, não explicitando a complexidade sociocultural das relações que se estabelecem entre eles. Assim, alguns preferem a denominação *comunidades tradicionais*, embora a substituição não resulte em um ponto final dos debates. Esterci et al (2004) apontam que o conceito de *comunidade* tem sido objeto de “renovadas análises” e deve ser visto “simultaneamente, como expressão de uma unidade social forte e politicamente eficaz, fundada em relações de parentesco e comunhão de interesses [...], e como uma unidade internamente diferenciada e estratificada, lócus de negociações e acordos [...], mas também de disputa e dissenso”. (Esterci et al, 2004, p.04). De forma, semelhante, o uso do adjetivo *tradicional* também gera dificuldades, dada a “forte tendência de associá-la com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico”, como aponta Paul Little. Ele considera que, nesse caso, o “conceito de tradicional tem mais afinidades com uso recente dado por Sahlins (1997) quando mostra que as tradições culturais se mantêm e se atualizam mediante uma dinâmica de constante transformação” (Little, 2002, p. 23).

Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida destacam que a conceituação do ponto de vista antropológico visa atender a demandas políticas, na construção de novos sujeitos coletivos e no surgimento ou revitalização de identidades sócio-culturais e políticas, presentes no cenário nacional através da expressão cada vez maior de índios, quilombolas, seringueiros, povos da floresta, pescadores, camponeses, agricultores familiares e tantas outras:

Nesse sentido, não são critérios substantivos que definem o que são as novas “populações tradicionais”. Além disso, um grupo social não se torna uma “população tradicional” [...] em virtude de laudos antropológicos (por mais que tais laudos possam criar nichos de mercado para antropólogos) destinados a conferir se atendem ou não a uma lista de características. Os grupos assim chamados não são tradicionais - tornam-se “populações tradicionais” ao embarcarem na categoria-ônibus que lhes dá acesso a direitos territoriais e a outros direitos (Almeida; Cunha, 1999, p. 6).

Definição política

Paul Little assinala que o conceito “procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis” (Little, 2002, p. 23). Assim, ao serem definidos ou se auto-definirem como “populações” ou “comunidades tradicionais”, os grupos envolvidos reivindicam seus direitos não só de posse ou propriedade, mas de formas de relacionamento com o mundo natural, que remetem a uma idéia de sustentabilidade, presente em antigas práticas de uso e manejo dos recursos naturais, identificados por seus conhecimentos e representações simbólicas próprias. Neide Esterci aponta que o emprego da categoria “recobre situações empíricas diversas” e que sua “prática de sustentabilidade é extremamente vulnerável, suscetível a pressões políticas, econômicas e demográficas, o que implica na necessidade de receberem apoio institucional para se manter” (Esterci et al, 2004, p.04). Ameaçadas em seus territórios e no seu modo de vida tradicional, tais comunidades reivindicam do Estado políticas de proteção, que lembram a sua atuação histórica junto aos povos indígenas:

Populações tradicionais, salvo engano [...], aparece para abranger, no Brasil, algo que em certa medida se assemelha a, mas que é mais abrangente do que grupos indígenas. Se por um lado, um paradigma básico são os grupos indígenas, uma coisa básica os diferencia, o fundamento de sua reivindicação por terra. O fundamento da terra indígena é histórico, ou seja, cada grupo indígena tem direito à terra porque tem um vínculo histórico com primeiros ocupantes – sendo esse vínculo expresso freqüentemente em termos de descendência. Ao contrário, a reivindicação por terra das populações tradicionais baseia-se em um pacto: um pacto que poderia ser chamado de neo-tradicionismo. O que se *supõe* das populações tradicionais é um passado não predatório de uso de recursos naturais; o que se *espera* delas é que levem um modo de vida coerente com a conservação da diversidade biológica. Mas pode o passado garantir o futuro? O passado assegura que a coisa é possível, o futuro é garantido pelo pacto. Esse pacto é materializado em leis e dispositivos a ela associados, como concessões de uso e planos de uso. Nesse sentido, são populações tradicionais aquelas que aceitam as implicações da definição legal que exige o "uso sustentável de recursos naturais" - seja conforme práticas transmitidas pela tradição, seja por meio de novas práticas. Uma outra maneira de entender este processo é perceber que "população tradicional" é uma categoria ocupada por sujeitos políticos, que se dispõem a ocupá-la, comprometendo-se com certas práticas associadas à noção de uso sustentável. Nesse sentido, mesmo os mais antigos e culturalmente mais conservacionistas dos grupos humanos podem tornar-se neo-tradicionais. Isso na medida em que se constituam enquanto populações tradicionais no sentido de se comprometerem a ser o *que se espera* delas, como parte de um pacto. (Almeida; Cunha, 1999, p.5/6).

Os aspectos políticos de se identificar como tal incluem a capacidade de mobilização das comunidades e a luta interna e externa pelo seu reconhecimento, pois

“participar da categoria ‘populações tradicionais’ significa ter uma organização local e lideranças legítimas, associar-se a tradições de uso sustentável dos recursos naturais no passado, e aderir em um território especificado ao uso de técnicas de baixo impacto ambiental no futuro” (Almeida; Cunha, 1999, p. 6).

Definição jurídica

Juliana Santilli, no seu livro *Socioambientalismo e novos direitos*, afirmava, em 2005, que a “categoria ‘populações tradicionais’ tem sido bastante reconhecida em sua dimensão política e estratégica. Entretanto o Direito ainda dá os primeiros passos na formulação de uma definição – jurídica – de ‘populações tradicionais’” (Santilli, 2005, p. 124/5). A Lei Nº 9.985 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, como foi visto, não define o que sejam elas, mas apresenta alguns indicativos do que pode ser considerado como algumas noções rápidas desse termo, nos artigos em que define a Reserva Extrativista e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável:

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. [...]

Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

Essas noções, no entanto, não supriam a lacuna jurídica de tratamento mais amplo, que foi preenchida só recentemente, com o Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que traz um conjunto de definições importantes:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:
I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos

indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (Brasil, 2007, p.1).

Trata-se, sem dúvida, de uma definição bastante abrangente e capaz de abarcar uma grande variedade de comunidades do Brasil, em particular aquelas inseridas no meio rural. Talvez seja essa mesma a intenção dos legisladores e dos formuladores de tal política, permitindo assim, que o enquadramento se dê caso a caso a partir de critérios locais e regionais. Dessa forma, o conceito, embora reivindique a sua base antropológica, se configura, na atualidade mais em uma dimensão empírica e política (Almeida; Cunha, 1999; Little, 2002; Esterci et al, 2004).

Assim como *campepinato*, *produtores familiares* e *povos da floresta*, a categoria *populações tradicionais* pertence a um conjunto de termos de classificação social que denotam um mesmo referencial social empírico. São atribuições conceituais conferidas a populações rurais que tiveram desenvolvimentos diferentes, gerando ou não identidades auto-atribuídas associadas a um estatuto político próprio, e contribuindo mais ou menos para a inclusão social dessas populações, de outro modo, não reconhecidas (Esterci, 2004, p. 04).

Considerações finais: um gato de sete vidas ou um camaleão de 700 identidades?

Publiquei, em 1997, um artigo intitulado “Camponês: um gato de sete vidas? - uma revisão em torno das noções de camponês, pequeno produtor e agricultor familiar”, em que discutia tanto a sua perenidade como categoria social, apesar das análises contrárias dos clássicos do marxismo, como a sua diferenciação, em “gatos” diferentes, que embora com características comuns, não podem ser enfiados no mesmo saco. Após discutir as origens históricas e as diferenças de cada uma destas três noções, apontava para algumas importantes mudanças já em curso e algumas tendências que podiam ser observadas e concluía: “Talvez assim, o ‘gato’, ou melhor, os ‘gatos’ possam ganhar novo fôlego para novas “vidas”. Neste caso, uma analogia melhor se faria com o camaleão que se transforma para se adaptar às mudanças de ambiente, ou seja que muda sempre, na tentativa de continuar a ser o mesmo!” (Ribeiro, 1997, p. 17).

Observando com mais atenção, para além destas três noções, construídas por diferentes perspectivas analíticas e assumidas, em variados contextos históricos e socioeconômicos, como identidades, que se contrapunham tanto ao modo de vida de populações urbanas, como dos médios e grandes proprietários e empresários rurais, várias outras surgiram para caracterizar segmentos sociais do campo, que possuem

várias das características, enumeradas por Diegues e citadas anteriormente, para as “populações tradicionais”.

Uma dessas categorias é a de “trabalhador rural”, partilhada também por assalariados do campo, sem nenhum tipo de acesso à terra. Essa identidade está associada tanto ao seu enquadramento sindical, quanto previdenciário, que marca a segunda metade do século XX: entre a organização em ligas camponesas defendidas por Francisco Julião e os sindicatos rurais pelo PCB, a segunda se consolidou, em especial após o Golpe de 1964. A criação, em 1971, do PRÓ-RURAL (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural), que seria executado pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL, estabeleceu uma série de atribuições aos sindicatos, colocando-os como colaboradores diretos, transformando-os quase em agências da previdência social rural, impedidos, no contexto da Ditadura Militar, de desenvolver suas lutas por políticas agrárias, agrícolas e várias outras. Com o processo de redemocratização, os sindicatos se transformaram nas mais importantes organizações de representação política dessas categorias sociais no campo.

Essa identificação como “agências da previdência”, seu caráter de instituição regulada e controlada pelo Ministério do Trabalho e a presença de inúmeras lideranças pelegas contribuíram para o surgimento de outros importantes movimentos sociais no campo, em especial, nos anos 1980, ocupando espaços no processo de abertura política. Os vários movimentos de luta pela terra, em especial o MST, e as lutas contra os grandes projetos econômicos, em particular a organização do MAB, impulsionaram a configuração de novas identidades como as de “sem-terra” e de “atingido por barragem”. Essas poderiam ser consideradas como transitórias, a partir das próprias conquistas dos movimentos, na direção da nova condição de “assentado” ou “reassentado”, mas acabaram, em certa medida, se consolidando tanto pela prolongada trajetória das lutas, quanto pela solidariedade com outros que viviam a mesma condição anterior e ainda estavam engajados na sua superação.

Em outras circunstâncias, em especial após a Constituição de 1988, que assegurou novos direitos aos povos indígenas e às comunidades quilombolas, muitos conflitos por terra acabaram por se encaminhar para uma reivindicação de origem étnica diferenciada. Diante do novo contexto histórico e político, ela passou a ser explicitada, por vários grupos, que até então, não haviam revelado essa sua “identidade secreta”, guardada por várias gerações que enfrentaram, a duras penas, o peso da alteridade. Ao contrário do que outros setores sociais imaginam, esse não é um caminho nem mais curto, nem mais fácil para conquistar o acesso à terra, pois as comunidades envolvidas

não só enfrentam o conflito fundiário, como passam pelo preconceito de vizinhos e da sociedade local. As chamadas “populações tradicionais”, identidade de reconhecimento mais recente, como foi visto, também enfrentam uma situação semelhante e representam um caminho ambiental para garantir o acesso à terra e ao uso e manejo de recursos naturais, empregados por várias gerações.

As várias identidades assumidas mostram as especificidades das questões socioeconômicas, culturais, políticas, ambientais, etc. de cada uma delas e dos desafios das Ciências Sociais em se encontrar conceitos abrangentes, como o de camponês, para abarcar realidades tão diversificadas. Muitas vezes, os próprios sujeitos sociais buscam essa abrangência ao se definirem a partir de categorias como "pobre" e "fraco", revelando sua condição de excluídos da distribuição da riqueza e da participação política, atributos dos “ricos” e dos “fortes”, ou ainda dos “fazendeiros”, termos usados, comumente, como sinônimos. Para além dessa constatação, elas podem ajudar pouco na construção de conceitos dentro das Ciências Sociais: teremos que nos esforçar para a construção de categorias analíticas abrangentes sem cair em grandes abstrações que, no final, pouco dizem de cada uma em particular? Ou vamos continuar nesta mútua influência entre conceitos científicos e identidades sociais? A Biologia nos ensina que existem catalogadas mais de setenta espécies de camaleões, porém nem todas mudam de cor, que desempenha um papel importante na comunicação durante lutas entre eles, pois indicam se o oponente está assustado ou furioso. Esclarece também que a mudança de cor pode, acidentalmente, ajudar na camuflagem do animal, embora esta não seja uma ocorrência frequente, e sim ocasional. Talvez, por analogia, possamos discutir que nem as velhas categorias são tão abrangentes, nem as novas identidades tão generalizadas e que entre umas e outras está a dinamicidade da realidade e o ofício do cientista social.

Among the various lives of cats and the many identities of chameleons: the traditional communities of the Cerrado - Minas Gerais State/Brazil

Abstract: This text presents elements on the historical trajectory of occupation of the Cerrado, reflecting on how this process has contributed to the formation of traditional communities in the territories that make up this biome. We understand that the way of life of these communities has been threatened by a series of transformations that have occurred throughout the 20th century, and these threats also impact the communities and contribute to their organization and to the development of collective alternatives for social and cultural resistance.

Keywords: Traditional communities. Thick. Environmental History.

Entre las diversas vidas de los gatos y las muchas identidades de los camaleones: las comunidades tradicionales del Cerrado - Minas Gerais/Brasil

Resumen: Este texto presenta elementos sobre la trayectoria histórica de la ocupación del Cerrado, reflexionando sobre cómo este proceso contribuyó a la formación de comunidades tradicionales en los territorios que conforman este bioma. Entendemos que el modo de vida de estas comunidades se ha visto amenazado por una serie de transformaciones que se han producido a lo largo del siglo XX, y estas amenazas también afectan a las comunidades y contribuyen a su organización y al desarrollo de alternativas colectivas para el mantenimiento social y cultural.

Palabras clave: Comunidades tradicionales. Grueso. Historia ambiental.

Referências

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de; CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: Capobianco, João P. R. e outros. (Org.). **Biodiversidade Amazônica. Avaliação e Ações prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios.** São Paulo: Estação Liberdade e Instituto Socioambiental, 2001, v.1, p. 184-193.

ALMEIDA, Semírames P. de & SILVA, José Antônio da. Oferta alimentar e componentes nutricionais de plantas nativas do Cerrado. **Pesquisas em Andamento.** Planaltina: EMBRAPA-CPAC, nº 75, 1995.

BARBOSA, Altair Sales; SCHMITZ, Pedro Ignácio. Ocupação indígena do Cerrado - esboço de uma história. SANO, S.M.; ALMEIDA, S. P. ed. **Cerrado: ambiente e flora.** Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.** Brasília: MMA, 2006. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2006.

BRASIL. Presidência da República - Casa Civil. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 27 ago. 2006.

BUSCHBACHER, Robert (coord.). **Expansão agrícola e perda da biodiversidade no Cerrado: origens históricas e o papel do comércio internacional.** Brasília: WWF Brasil, 2000.

DIAS, Braulio F. de Souza. Conservação da natureza no Cerrado Brasileiro. In PINTO, Maria Novaes (org.). **Cerrado: caracterização, ocupação perspectivas.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996.

ESTERCI, Neide; LÉNA, Philippe; LIMA, Deborah; MANESCHY, Maria Cristina. Projetos e políticas socioambientais: repensando estratégias. **Boletim Rede Amazônia,** ano 3, n1, 2004.

HENRIQUES, J.A. **Plantas da borracha e da gutta-percha**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1901.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia** n.º. 322. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.

MACEDO, Geraldo Antonio Resende. **Dieta de novilho em pastagem nativa de cerrado**. Belo Horizonte: EPAMIG, 1978.

MACEDO, Jozé Norberto. **Fazendas de Gado no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola / Ministério da Agricultura, 1952.

MACHADO, R.B., RAMOS NETO, M.B.; PEREIRA, P.; CALDAS, E.; GONÇALVES, D.; SANTOS, N.; TABOR, K.; STEININGER, M. **Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro**. Brasília: Conservation International do Brasil, 2004.

MEIRELLES, Maria Lúcia; GUIMARÃES, Antônio J.M.; OLIVEIRA, Regina Célia de; ARAÚJO, Glein; RIBEIRO, José Felipe. Impactos sobre o estrato herbáceo de áreas úmidas do Cerrado. In Aguiar Ludmilla Moura de Souza; Camargo, Amábilio José Aires de (ed. técnicos). **Cerrado: ecologia e caracterização**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados; Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

NOGUEIRA, Mônica. **Quando o pequeno é grande: uma análise de projetos comunitários no Cerrado**. São Paulo: Annablume, 2005.

PIERSON, Donald. **O homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Ministério do Interior/SUVALE, 1972.

PIRES, Mauro de Oliveira; SANTOS, Irene Maria dos (org) **Construindo o Cerrado Sustentável: Experiências e Contribuições das ONG's** Goiânia: Rede Cerrado, 2000.

RAMOS, Arthur. **Introdução à Antropologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Casa do Estudante do Brasil, 1951.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Camponês: um gato de sete vidas? - uma revisão em torno das noções de camponês, pequeno produtor e agricultor familiar. *Sociedade Sustentável*. Belo Horizonte: REDE, 1997.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **“Certão-Serrado”: História Ambiental e Etnoecologia na Relação entre Populações Tradicionais de Minas Gerais e o Bioma do Brasil Central**. 2002. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas Anãs do Sertão – o Cerrado na história de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Sertão, lugar desertado – o Cerrado na cultura de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SANTOS, Maria Elisabete Gontijo dos; CAMARGO, Pablo Matos. **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI – História e resistência**. Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos – Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SENNA, Nelson Coelho de. **Anuario de Minas Geraes**. Belo Horizonte: s/ed, 1911.

SHIKI, Shigeo. Sustentabilidade do sistema agroalimentar nos cerrados: em busca de uma abordagem incluyente. **Agricultura Sustentável**. Jaguariúna, SP : EMBRAPA/CNPMA - v.2, nº1, jan/jun. 1995.

SILVA, J.A. da; Silva D.B. da; JUNQUEIRA, N.T.V. & ANDRADE, L.R.M. de. **Frutas nativas dos cerrados**. Brasília: EMBRAPA/CPAC, 1994.

UBATUBA, Ezequiel. **O Sertão e a pecuária - papel economico do gado zebu**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1916.

WWF/PROCER. **De grão em grão, o Cerrado perde espaço (Cerrado - impactos do processo de ocupação)**. Brasília, 1995.

Sobre o autor

Ricardo Ferreira Ribeiro - Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Devido à sua atuação em defesa do uso sustentável dos recursos naturais, foi agraciado com a Medalha Chico Mendes, pela Câmara Municipal de Belo Horizonte (1996) e com o Prêmio Ambiental Vicente Nica (1999). Atualmente leciona nos cursos de Enfermagem e Ciências Sociais da PUC-Minas.

Recebido para publicação em julho de 2020

Aceito para publicação em setembro de 2020